

A LINGUAGEM POÉTICA DE FERNANDO PESSOA

Leodegário A. de Azevedo Filho

No volume intitulado **Bibliografia de Fernando Pessoa**, organizado pelo Professor Carlos Alberto Iannone, pode-se verificar o extraordinário interesse da crítica literária pelo grande poeta da modernidade portuguesa. Esse interesse transparece não apenas em numerosos artigos de jornal ou pequenos ensaios publicados em revistas especializadas, mas inclusive em livros e teses de concurso. Examinando-se esse farto material bibliográfico, facilmente se observa que a poesia de Fernando Pessoa vem sendo lida de muitos modos, ou de perspectivas bem diversas, desde a maneira apenas biográfica até as leituras de base psicológica, sociológica, estética ou ontológica. Na verdade, grande parte desses estudos se volta, redundantemente, para a descrição de temas, ou para a explicação dos heterônimos, a partir de dados estilísticos bem ou mal interpretados. Mas a linguagem do poeta, em sua complexa estrutura, tem sido muito pouco estudada. Por isso mesmo, ela permite (e até reclama) novos processos de leitura, como o que pretendemos ensaiar aqui.

Para esse novo processo de leitura, convém estabelecer uma diferença prévia entre verso tradicional e discurso poético. O verso tradicional apresentava, como centro de apoio, um elemento temático e um princípio pré-fixado de composição literária. Assim, a medida e o ritmo respondiam pela unidade e pelo equilíbrio das linhas métricas, entre outros elementos expressivos, tais como a rima, a aliteração, a coliteração, a assonância.

O verso moderno desestruturou esse princípio pré-fixado de composição, admitindo ampla liberdade rítmica e ampla liberdade de

linguagem. A linguagem automatizada dos parnasianos foi substituída pela linguagem desautomatizada da poesia moderna. No caso, portanto, o que interessa é a compreensão preliminar de discurso poético como o lugar a partir do qual se engendra uma representação. E essa representação, sendo uma ordem simbólica desvinculada de qualquer identidade isomórfica com a realidade externa, não pretende refletir o real.

Com efeito, quando um discurso pretende oferecer-se como isomórfico e contínuo, em relação ao real, na verdade dissimula a sua própria estrutura, como é o caso do chamado discurso referencial ou ideológico. Ou seja: o discurso ideológico é um discurso que se constrói a partir do código, entendendo-se por código o lugar onde se fixa uma cultura. Por isso mesmo, no código existe uma ordem delimitadora do espaço que o homem deve habitar, demarcando-se assim o chamado Espaço do Mesmo, na conhecida denominação de Michel Foucault. Queremos dizer: o discurso que nos remete ao código, ou ao Espaço do Mesmo, nada mais é que uma reduplicação cêntrica, que nos impossibilita de pensar o Outro, isto é, o que está fora dos limites do código.

Opondo-se ao discurso referencial ou ideológico, que engendra o lugar do *mesmo*, os discursos de representação literária não provocam qualquer inversão simétrica do real. Ao contrário, neles o que se verifica é uma inversão assimétrica ou descontínua. Por isso mesmo, um discurso de representação literária se constrói fora dos limites do código, abrindo-se então um espaço para o impensável, o espaço do Outro, que é sempre um espaço vazio em relação ao ponto de vista do código. Em síntese, o discurso referencial ou ideológico, tem-se uma representação imaginária ou simbólica que se oferece como real ou contígua à realidade exterior. Por outro lado, no discurso de representação literária, tem-se uma representação imaginária que se mostra como tal ou descontínua em face da realidade empírica. Em ambos os casos, o signo lingüístico (arbitrário e imotivado) é sempre a base do discurso. Quando se trata de um discurso referencial ou ideológico, a relação simétrica é o lugar da palavra social ou instância da palavra dita e institucionalizada. Mas, quando se trata de um discurso literário, é posta em cena uma relação assimétrica, que vai além dos limites do código.

Elementos Constitutivos de qualquer Discurso

São elementos constitutivos da estruturação de qualquer discurso:

- a) Planos: **denotativo** ou **conotativo**;
- b) Funções: **primeiro grau** ou **segundo grau**;
- c) Eixos: **sintagmático** ou **paradigmático**;
- d) Mecanismos: **seleção** ou **combinação**;
- e) Processos: **contigüidade** ou **substituição**;
- f) Imagens: **metáfora** ou **metonímia**.

Vejamos por partes:

a) Planos

O plano se refere à relação interna dos elementos que integram o signo lingüístico, base de qualquer discurso. Signo lingüístico que é sempre **bifronte**, pois se constitui de **significante** e **significado**. Na linguagem referencial, a permanente relação entre **significante** e **significado** determina a **univocidade** de sentido. Na linguagem poética do discurso literário propriamente dito, predomina uma estrutura **metafórica** ou uma **estrutura metonímica**. Por isso, numa análise de caráter estrutural, parte-se do elemento lingüístico para desconstituí-lo. Essa desconstituição representa a **desmontagem** da univocidade. No caso, muda o sentido da língua fixada no código, mas não muda a sua morfologia. Assim, o discurso referencial é um discurso **sintagmático**, onde predomina a univocidade de sentido, enquanto o discurso literário é um discurso que vai desconstituir a univocidade de sentido. No caso, portanto, será evidenciado um novo sentido, que é um sentido latente. Note-se que as palavras admitiam esse novo sentido, mas ele era encoberto pela univocidade. Portanto, o novo sentido é sempre figurado, traduzindo o significado lingüístico de uma forma inteiramente nova. E essa forma nova é que instaura o verdadeiro significado poético, em sua natureza de discurso do tipo inconsciente, significado que só pode ser apreendido através da **desmontagem** do texto. Será bom advertir que essa **desmontagem** é feita a favor do texto e não contra ele.

No plano **denotativo**, a relação entre **significante** e **significado** é **simétrica** ou **unívoca**. Ao contrário, no plano **conotativo**, essa relação é **assimétrica** por excelência, resultando daí a idéia de **desligamento**, pois o significado não está irremediavelmente preso ao **significante**.

b) Funções

Os planos (denotativo e conotativo) se combinam com as funções (1.º e 2.º graus). Os eixos (sintagmático e paradigmático) atualizam a combinação acima referida. Assim: S = d1, e c1, XP= d2, e c2). A denotação de 2.º grau (d2) corresponde à metonímia. E a conotação de 2.º grau (c2) corresponde à metáfora.

A função de primeiro grau, portanto, é a função da univocidade de sentido ou função referencial. A de segundo grau, por sua vez, é a função de representação literária que opera com duas matrizes: uma metonímica e outra metafórica. E a função de um discurso diz da relação entre ele e o objeto cuja significação vai ser representada, através de uma relação sempre arbitrária. Na função de primeiro grau, há uma ilusão da limitação do real. Na de segundo grau, não mais existe a tentativa de imitar o real, e sim de figurá-lo, através de imagens arbitrárias. Assim, as estruturas metonímicas e metafóricas dependem da função e não do plano.

c) Eixos

A base do eixo sintagmático é, como não podia deixar de ser, o sintagma. No caso, as palavras constroem entre si um encadeamento e os elementos frasais se situam um depois do outro, num jogo de determinante e determinado. Por isso, diz-se que, no eixo sintagmático, as relações estão em presença, com predomínio da contigüidade. No discurso referencial, portanto, tem-se a função de primeiro grau: denotação de primeiro grau e conotação de primeiro grau.

No eixo paradigmático, ao contrário, as relações são de similaridade (semelhança, dessemelhança, equivalência). Tais relações se estabelecem por ausência e não por presença, predominando a substituição. Assim, no discurso literário, tem-se a função de segundo grau: denotação de segundo grau e conotação de segundo grau. A denotação de segundo grau é a base da estrutura metonímica da linguagem, enquanto a conotação de segundo grau é a sua base metafórica.

Em síntese, temos:

Eixo sintagmático	×	Eixo paradigmático
Contigüidade		Substituição
Relações de equilíbrio		Relações de transformação
Ausência de produção de sentido		Produção de sentido
Continuidade externa		Descontinuidade externa

Representação:
R = (Referência)

Representação:
R × Referência

A estrutura formal do manifesto não é a mesma do latente. O eixo sintagmático relaciona os elementos em presença, enquanto o eixo paradigmático estabelece uma relação com os elementos em ausência ou situados fora do código. Assim, os elementos da enunciação pertencem a outra codificação. Queremos dizer: o paradigma estabelece uma tensão entre a univocidade e a não univocidade, ultrapassando-se as proporções do simples enunciado e penetrando-se na enunciação.

d) Mecanismos

Como vimos acima, seleção é uma substituição por ausência (similaridade), enquanto combinação é uma relação de substituição (contigüidade) em presença. A seleção está para o eixo paradigmático assim como a combinação para o eixo sintagmático.

e) Processos

O que vale a pena fixar aqui, a propósito desses processos, é que a condensação de sentido se dá por contigüidade, enquanto o deslocamento de sentido se verifica por similaridade.

f) Imagens

A metonímia e a metáfora se passam no eixo paradigmático, porque ambas implicam na desconstituição do sentido unívoco. A metáfora é uma estrutura em que o texto trabalha o sentido por contigüidade e similaridade. Assim, a metáfora resulta de um deslocamento manifesto cujo sentido reside numa condensação latente. E a metonímia, ao contrário, ocorre quando se tem um deslocamento latente, cujo sentido reside em uma condensação manifesta. Assim, a metonímia oferece o seu próprio contexto, ao contrário da metáfora. Na metonímia, há um sentido manifesto e vários sentidos latentes. Na metáfora, há vários sentidos manifestos e um só sentido latente. Portanto, a metáfora se realiza no eixo paradigmático; apresenta função de segundo grau; atualiza o sentido por conotação; e relaciona os elementos por similaridade. Assim, a estrutura metafórica dissimula o texto latente. A metonímia, por seu turno, também ocorre no eixo paradigmático e também apresenta função de segundo grau. Mas atualiza o sentido por denotação de segundo grau e relaciona os elementos

apenas por contigüidade. Assim, na metonímia, a estrutura manifesta indica a latente.

Fernando Pessoa e a Teoria da Linguagem

Em face dos pressupostos teóricos acima desenvolvidos, pretendemos mostrar agora que, no discurso poético de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa, através do exercício literário, o poeta constrói uma teoria da linguagem. Para isso, recorramos ao poema n.º XXXI, de **O Guardador de Rebanhos**:

XXXI

Se às vezes digo que as flores sorriem
E se eu disser que os rios cantam,
Não é porque eu julgue que há sorrisos nas flores
E cantos no correr dos rios...
É porque assim faço mais sentir aos homens falsos
A existência verdadeiramente real das flores e dos rios.

Porque escrevo para eles me lerem sacrifico-me às vezes
À sua estupidez de sentidos...
Não concordo comigo mas absolvo-me,
Porque só sou essa coisa séria, um intérprete da natureza,
Porque há homens que não percebem a sua linguagem,
Por ela não ser linguagem nenhuma.

Nos poemas de **O Guardador de Rebanhos**, com efeito, Fernando Pessoa joga, continuamente, com a significação dos verbos **pensar** e **ver**. Para ele, sendo os signos verbais arbitrários, a significação desses verbos é construída pelo fazer poético na motivação entre os seus significantes. Assim:

Pensar

Espaço do código
Lugar do Mesmo
Língua
Relação contínua entre a coisa e o nome produzindo um real que, do ponto de vista da linguagem poética, é falso.

Ver

Fora do código
Lugar do Outro
Linguagem
Relação descontínua entre a coisa e o nome. A linguagem, através de suas imagens, cria o real verdadeiro.

Daí se conclui que, do ponto de vista do código, o real é igual à coisa e a coisa é igual ao nome. Mas é no vazio da igualdade acima apresentada que está a verdadeira identidade das coisas. Portanto, o vazio é igual ao **silêncio**, na medida em que o silêncio é o mais dizer. E cabe à linguagem poética, exatamente, resgatar esse vazio, revelando o verdadeiro e silencioso sentido das coisas. Queremos dizer: no ato de **pensar**, ocorre o vazio da significação poética por força da simetria. No ato de **ver**, ocorre a plenitude de sentido, por força da assimetria. Daí o impasse entre o ponto de vista da língua, entendida como código, e o ponto de vista da linguagem poética, que ultrapassa os limites do código. Na apreensão dessa teoria da linguagem, a partir dos poemas de Alberto Caeiro, do ponto de vista da língua ou código, a linguagem poética é a não linguagem. Mas, do ponto de vista da linguagem poética, a língua ou código é que é igual à não linguagem, porque destituída de palavra plena. O vazio de significação é produto da falsa identidade simétrica entre a coisa e o nome. E daí se conclui, com palavras do próprio Alberto Caeiro, que a condição do fazer poético está no ato de "desaprender uma aprendizagem".

Qual, entretanto, a solução encontrada por Fernando Pessoa diante do impasse entre a língua, encarada como código, e a linguagem, encarada como criação poética?

A nosso ver, o poeta encontrou uma solução metafórica, apresentada por um processo metonímico, o que está implícito no poema n.º XXXI, de **O Guardador de Rebanhos**, acima transcrito. Mas, antes de comprovar a tese, para melhor compreensão do problema, procuremos definir alguns termos técnicos:

a) **Interlocutor** (ou sujeito da significação textual) é o leitor que o sentido novo do texto pede, pois o texto constrói o lugar do leitor, ou seja, o lugar de o sentido ser lido. Portanto, **interlocutor** é diferente de leitor ou receptor, na acepção comum desses termos. Na verdade, o interlocutor é o sujeito da significação textual.

b) **Destinatário**: Um significado abstrato, subjacente ou latente, para o qual o poema se dirige. Na denominação de Bernard Pottier, **sema virtual**, ou **semena**, como quer Greimas. Ou ainda: **classema**, na nomenclatura de Lévi-Strauss.

Em seguida, analisemos o poema:

a) Num primeiro movimento, tem-se uma descrição seguida de uma desmontagem ou de um desconstituição da cadeia sintagmática. Há aqui seleção dos acontecimentos com relevância para a explicação

do sentido. Características formais da codificação: versos 1, 2, 3 e 4. Aí notamos que os substantivos são motivados por um sema virtual: **natureza**. Assim, **flor** e **rio** constituem o campo semântico da natureza no poema. Tais substantivos são agentes e recebem qualificadores: **cantar** e **sorrir**. Esses qualificadores, portanto, em relação ao sentido, são marcados e não marcados, pelo processo de combinação. Aparecem marcados nos versos 1 e 2. E aparecem não marcados nos versos 3 e 4. Como é evidente, o sentido marcado é figurado e o sentido não marcado é referencial.

Nos versos 5 e 6, os homens falsos se opõem à percepção do sentido figurado, por serem escravos do código. O sentido não marcado (referencial) representa um argumento de distanciamento da linguagem poética, porque não possibilita a verdadeira apreensão do real. Quando o poeta apresenta o sentido figurado, como no verso 6, não está determinando um sentido referencial. O real não resulta da igualdade com homens falsos. Na verdade, o real está em outro lugar, necessariamente figurado, pois só esse outro lugar nos dá a existência verdadeiramente real das coisas.

Nos versos 7 e 8, nota-se que eles (os homens falsos) se identificam com a estupidez de sentidos. Daí se conclui que eles (os homens falsos) são diferentes do poeta, entendendo-se por poeta o produtor do sentido figurado.

Nos versos 11 e 12, novamente se verifica a oposição entre **homens falsos** e **linguagem poética**. Os homens falsos se identificam com a não linguagem do código, ou linguagem referencial, enquanto a verdadeira linguagem é a figurada por metáforas, revelando o sentido do silêncio. No caso, o silêncio é a palavra não dita.

b) Num segundo movimento, busquemos interpretar o sentido, através da utilização do material poético para o exercício de uma teoria da linguagem. O simbólico descrito é dotado de informações redundantes sem, contudo, tornar-se referencial. E, assim, o que se tem é a construção da metáfora explicada por um processo metonímico. Com efeito, através da denotação de segundo grau, significados unívocos vão explicar, sem alterar o seu sentido referencial, significados não unívocos. A condensação entre homem falso e sentido falso assenta-se no deslocamento imediato de falso como sinônimo de sentido unívoco. Portanto, a criação da metáfora é explicada metonimicamente. A denotação de segundo grau aparece como mediadora entre sentido figurado e sentido falso. Isto é explicado, com efeito, pelo deslocamento do sentido da expressão "linguagem nenhuma" (sentido estrito do referencial) e para significar plenitude de sentido. De

qualquer forma, a verdade se apreende dentro da figuração. E, por isso, os homens falsos são iguais à não verdade.

Aí estão, em síntese, as nossas conclusões sobre a teoria da linguagem construída nos poemas de Alberto Caeiro. Através do exercício poético, Fernando Pessoa montou todo um sistema de signos, através dos quais encontrou uma solução metafórica, centrada numa estrutura metonímica, para a construção de sua linguagem poética.